

## PRODUTOS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DO MESTRADO PROFISSIONAL NA ÁREA DE ENSINO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Alda Kelly Neiva<sup>1</sup>  
Ana Sara Castaman<sup>2</sup>  
Josimar de Aparecido Vieira<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este estudo investiga a concepção, elaboração, avaliação, desafios e potencialidades dos produtos educacionais (PEs) nos Mestrados Profissionais da Área de Ensino. Com caráter descritivo-exploratório e abordagem qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. São destacados aspectos como a natureza e função dos PEs, a articulação entre teoria e prática, a formação docente, os critérios de avaliação, os impactos sociais e educacionais e a institucionalização desses mestrados. Os resultados indicam que, apesar das dificuldades relacionadas à avaliação, validação e aplicabilidade, os PEs representam uma inovação formativa e científica, capazes de integrar pesquisa e prática pedagógica, fortalecer a formação de professores e contribuir para a transformação social.

**Palavras-chave:** Mestrado profissional. Produto educacional. Ensino. ProfEPT.

**ABSTRACT:** This study investigates the design, development, evaluation, challenges, and potential of educational products (EPs) in Professional Master's Degrees in the Field of Education. With a descriptive-exploratory character and a qualitative approach, the research was developed through a literature review. Aspects such as the nature and function of EPs, the articulation between theory and practice, teacher training, evaluation criteria, social and educational impacts, and the institutionalization of these master's degrees are highlighted. The results indicate that, despite difficulties related to evaluation, validation, and applicability, EPs represent a formative and scientific innovation capable of integrating research and pedagogical practice, strengthening teacher training, and contributing to social transformation.

**Keywords:** Professional master's degree. Educational product. Teaching. ProfEPT.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Brasília. Administradora no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Paracatu.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Professor titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão.

**RESUMEN:** Este estudio investiga la concepción, el desarrollo, la evaluación, los desafíos y el potencial de los productos educativos (PE) en los programas de maestría profesional en el área de docencia. Con un carácter descriptivo-exploratorio y un enfoque cualitativo, la investigación se desarrolló mediante una revisión bibliográfica. Se destacan aspectos como la naturaleza y la función de los PE, la articulación entre la teoría y la práctica, la formación docente, los criterios de evaluación, los impactos sociales y educativos, y la institucionalización de estos programas de maestría. Los resultados indican que, a pesar de las dificultades relacionadas con la evaluación, la validación y la aplicabilidad, los PE representan una innovación formativa y científica, capaz de integrar la investigación y la práctica pedagógica, fortalecer la formación docente y contribuir a la transformación social.

**Palabras clave:** Maestría profesional. Producto educativo. Docencia. ProfEPT.

## INTRODUÇÃO

Os mestrados profissionais (MPs) surgiram na década de 1990 como resposta às demandas da sociedade e do mercado de trabalho, sendo institucionalizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com foco na aplicação prática do conhecimento e na inovação (André, 2017). Regulamentados inicialmente pela Portaria nº 47 (Capes, 1995) e formalizados pela Portaria nº 80 (Capes, 1998), os MPs foram criados para qualificar profissionais aptos a aplicar técnicas e processos avançados, valorizar o caráter terminal do mestrado e manter os padrões de qualidade da pós-graduação *stricto sensu*.

Dado o crescimento significativo da modalidade – de três cursos em 1999 para 858 em 2020 – os MPs consolidaram-se como instrumentos estratégicos para formar pesquisadores práticos, capacitados a mobilizar a pesquisa para resolver problemas reais, transferir conhecimento para empresas e instituições, e articular formação profissional com demandas sociais e de mercado. Diferenciando-se dos mestrados acadêmicos, eles priorizam a prática profissional, a qualificação para o mercado, a produção de soluções aplicáveis e o aprimoramento contínuo da atuação profissional, superando a dicotomia entre teoria e prática (Capes, 2025-2028). O avanço dos MPs no cenário da pós-graduação brasileira tem exigido uma reconfiguração dos processos formativos, da produção do conhecimento e do trabalho pedagógico.

No contexto dos programas de MPs vinculados à área de ensino, em especial o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), emerge como requisito

fundamental a elaboração do produto educacional, concebido não apenas como um material ou recurso didático, mas como uma intervenção pedagógica, metodológica, tecnológica ou de gestão, capaz de impactar diretamente os espaços educativos e contribuir para a melhoria da educação. Tal exigência não é meramente operacional, mas decorre de uma política pública que visa alinhar os cursos de mestrado e doutorado à formação de pesquisadores e professores às demandas sociais, profissionais e educacionais do país (Castaman; Pasqualli; Viella, 2019).

As autoras retratam que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha papel central na qualificação de profissionais para atender às demandas de um mundo do trabalho cada vez mais complexo, articulando saberes técnicos, científicos e pedagógicos. Nesse contexto, o ProfEPT surge como instrumento estratégico para fortalecer a área, formando professores capacitados a integrar teoria e prática, aperfeiçoar o ensino da EPT e consolidar ações que visam à expansão, interiorização e melhoria da proeminência dessa modalidade educacional no Brasil, desenvolver produtos educacionais aplicáveis e promover inovação.

Nestes termos, os MPs, a exemplo o ProfEPT “[...] assumem a elaboração de produtos educacionais [...] como meios, mas também como processos, viabilizadores de uma formação docente pela pesquisa” (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018, p. 105). Essa perspectiva enfatiza que a produção não é apenas um resultado final, mas parte integrante do percurso formativo do mestre, promovendo uma aprendizagem baseada na investigação e ação.

3

A origem dessa diretriz remonta à própria concepção dos MPs, regulamentados pela Capes, que definem como premissa fundamental a produção de conhecimento aplicado, orientado à solução de problemas práticos. Pasqualli, Vieira e Castaman (2018) expõem que o produto educacional, nesse sentido, deve ser fruto de uma pesquisa rigorosa, metodologicamente fundamentada e teoricamente consistente, cuja aplicabilidade se manifeste na evolução efetiva dos padrões educacionais ou dos processos de ensino-aprendizagem, sobretudo, na área de ensino. Essa articulação entre pesquisa e ensino, de acordo com os autores, é fundamental para que a pesquisa se integre ao percurso formativo dos professores, sendo elaborado e materializado a partir e/ou no contexto de atuação profissional.

Além disso, a avaliação desses materiais educativos apresenta sua própria complexidade. Conforme abordado por Leite (2018), é crucial que os produtos educacionais sejam produzidos e avaliados de modo coletivo, considerando as especificidades do público a que se destinam e orientando-se por uma metodologia que contemple “[...] aspectos comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos” (Leite, 2018, p. 185). A ausência de critérios

claros e de metodologias robustas para essa avaliação pode comprometer a efetividade e o reconhecimento desses produtos no cenário acadêmico e profissional.

Essas inquietações consideram que a elaboração de produtos educacionais, embora seja um marco distintivo e um avanço metodológico dos MPs, ainda carecem de compreensão mais aprofundada, critérios claros de avaliação e efetiva consolidação como prática acadêmica reconhecida no meio científico (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018). Na visão desses autores, discutir o produto educacional significa também refletir sobre o próprio papel do ensino na contemporaneidade, uma vez que esse recurso, quando bem concebido, possui potencial para fortalecer o vínculo entre teoria e prática, promover práticas pedagógicas mais significativas, estimular o protagonismo do professor e dos estudantes e contribuir para uma educação mais democrática, crítica e socialmente referenciada.

Portanto, este estudo tem como objetivo problematizar a concepção, a elaboração, a avaliação, os desafios e as potencialidades dos produtos educacionais no âmbito dos MPs, especialmente no contexto da área de ensino. Para isso, este estudo está estruturado em seis seções: a) apresenta os aspectos metodológicos do estudo; b) descreve sobre a criação dos MPs pela Capes com foco na aplicação prática do conhecimento e inovação, bem como a criação do ProfEPT, programa que tem caráter inclusivo, alcance nacional e contribui para fortalecer a identidade docente e a interação entre práticas educativas, pesquisa científica, recursos tecnológicos e demandas do trabalho; c) aborda a natureza dos produtos educacionais, os desafios inerentes à sua elaboração; d) discute sobre a fundamentação teórico-metodológica para a elaboração e avaliação dos produtos educacionais; e) reflete sobre a aplicabilidades e possíveis impactos dos produtos educacionais para o ensino; f) realiza uma síntese conclusiva.

4

## MÉTODOS

Este estudo configura-se como uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e sustentação dialética. Essa opção metodológica parte do entendimento de que fenômenos educacionais, sociais e culturais não se reduzem a números ou variáveis fixas, mas demandam análise dos sentidos, valores, crenças e representações. Nesse horizonte, Minayo (2010) destaca que a pesquisa qualitativa se volta ao universo dos significados, abrangendo atitudes, motivações, comportamentos e processos não quantificáveis, situados em uma esfera mais profunda da realidade social. Essa escolha possibilita captar contradições e complexidades das experiências de professores e estudantes, favorecendo uma compreensão crítica em vez de meramente descritiva.

Segundo Gil (2017), pesquisas exploratórias buscam ampliar a familiaridade com o objeto investigado, tornando-o mais explícito e permitindo a formulação de hipóteses ou categorias analíticas, recorrendo a recursos como levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas preliminares. Já os estudos descritivos visam caracterizar fenômenos ou populações, registrando suas propriedades, padrões ou ocorrências. A articulação dessas duas perspectivas enriquece a investigação, ao permitir tanto uma aproximação inicial quanto a descrição sistemática dos elementos constitutivos da realidade estudada.

A pesquisa aqui desenvolvida seguiu essas orientações, adotando a revisão bibliográfica como procedimento principal, entendida como o processo de levantamento, leitura e análise de produções científicas já existentes. Conforme Marconi e Lakatos (2021), tal abordagem possibilita contato direto com contribuições teóricas consolidadas, que servem de base para problematizar e analisar o objeto investigado. Para tanto, foram escolhidos autores/pesquisadores que investigam sobre a temática abordada.

Por não envolver diretamente sujeitos de pesquisa nem coleta empírica com pessoas, esta investigação não requer submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Ainda assim, preservou-se o rigor ético, respeitando a integridade das obras consultadas e estabelecendo um diálogo crítico e responsável com as fontes.

Para sistematização e interpretação dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo como técnica principal, escolhida por articular descrição e interpretação, permitindo uma leitura crítica do material investigado. Como destaca Rodrigues (2019), esse procedimento possibilita ultrapassar a leitura superficial e identificar sentidos latentes, estruturas e padrões discursivos. No contexto qualitativo, a técnica vai além da categorização, buscando compreender significados em profundidade, sempre ancorada em referenciais teóricos.

Em síntese, os procedimentos metodológicos adotados articulam três eixos centrais: a revisão bibliográfica como fundamento teórico; a combinação de perspectivas exploratória e descritiva para ampliar a compreensão do fenômeno; e a análise de conteúdo como ferramenta de interpretação crítica. Esse conjunto, orientado por uma abordagem qualitativa e dialética, fornece condições para apreender a complexidade do tema investigado e produzir reflexões que contribuam ao campo educacional.

## MESTRADOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ENSINO: CONHECENDO O PROFEPT

Os MPs surgiram como resposta a demandas específicas da sociedade e do mercado de trabalho, sendo institucionalizados pela Capes no final da década de 1990. As primeiras discussões ocorreram em meados dos anos 1990, quando o então presidente da Capes, Abílio Afonso Baeta Neves, incluiu em seu plano de gestão a necessidade de flexibilizar o modelo de pós-graduação *stricto sensu*, de modo a contemplar demandas do mercado extra-acadêmico (André, 2017).

Em 1995, uma comissão composta por acadêmicos e representantes de setores produtivos foi criada para analisar as necessidades do mercado e aproximá-las da pós-graduação. Desse trabalho resultou o documento “Mestrado no Brasil – a situação e uma nova perspectiva”, que fundamentou o Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de mestrado, aprovado em 1995. A regulamentação inicial ocorreu por meio da Portaria Capes nº 47/1995, posteriormente substituída pela Portaria nº 80/1998, que formalizou os mestrados profissionais (Neto, 2024).

De acordo com Neto (2024), o primeiro curso de MP autorizado pela Capes foi o de Administração, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, em dezembro de 1998. Desde esta data, a modalidade consolidou-se como alternativa à formação voltada para a aplicação prática do conhecimento e para a inovação. Sua criação foi justificada por três fatores centrais: a) necessidade de formar profissionais aptos a aplicar novas técnicas e processos, ultrapassando o escopo da pesquisa científica tradicional; b) valorização do caráter terminal do mestrado, com foco na formação profissional e não apenas como etapa preparatória ao doutorado; c) manutenção dos padrões de qualidade da pós-graduação *stricto sensu*.

Neto (2024) destaca o quão é importante a aproximação entre universidades e setor produtivo, de modo a capacitar profissionais para demandas sociais, organizacionais e de mercado. Assim, o objetivo primordial do MP é qualificar profissionais para além da academia, priorizando a prática profissional avançada e transformadora para atender às exigências da sociedade por profissionais especializados; permitir a atuação de mestres e doutores em setores diversos da economia; estimular a transferência de conhecimento científico para empresas e instituições e articular a formação profissional com entidades públicas e privadas, promovendo maior eficiência organizacional.

Conforme André (2017), a criação dos MPs também foi uma resposta institucional da Capes à percepção de que o modelo acadêmico da pós-graduação não atendia plenamente às

novas demandas sociais. Na área ensino, a criação do ProfEPT representou um avanço significativo, ao propor a formação de profissionais capazes de articular conhecimentos teóricos e práticos.

O ProfEPT é oferecido em rede nacional, com área de concentração específica em EPT. Criado com o objetivo de atender às demandas formativas de profissionais que atuam ou desejam atuar nesse campo, o programa busca qualificar professores e pesquisadores em alto nível, contribuindo para a melhoria da excelência do ensino e para o fortalecimento da pesquisa na área educacional (Castaman; Pasqualli; Viella, 2019).

De acordo com as autoras, uma de suas características centrais é a exigência da elaboração e aplicação de um produto educacional como condição para a titulação. Esse requisito garante a integração entre teoria e prática, ao articular os saberes do mundo do trabalho com o conhecimento sistematizado, promovendo a produção de mídias educacionais, protótipos, propostas pedagógicas e outros materiais aplicáveis ao contexto da EPT. Dessa forma, o ProfEPT não se limita à formação acadêmica, mas promove também pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) com impacto direto na realidade educacional.

Castaman, Pasqualli e Viella (2019) descrevem que o programa se destina a licenciados, bacharéis e tecnólogos. Essa diversidade de perfis reflete as diferentes trajetórias dos professores que trabalham na EPT, muitos dos quais não tiveram formação pedagógica em sua graduação. Todavia, o ProfEPT oferece a oportunidade de aproximação com discussões sobre didática e pedagogia, suprimindo uma lacuna histórica e fortalecendo a identidade do professor da EPT.

O programa também desempenha papel estratégico por estar presente em 40 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, distribuídas em todos os estados e no Distrito Federal, o que lhe confere abrangência nacional. Tal alcance contribui para a expansão da pós-graduação *stricto sensu* e para a democratização do acesso à formação em nível de mestrado, consolidando-se como uma política pública de grande relevância (Castaman; Pasqualli; Viella, 2019).

As proposições das autoras implicam que a importância do ProfEPT deve ser compreendida à luz da própria relevância da EPT no Brasil, visto que a modalidade tem como finalidade central a qualificação profissional e o acesso ao mercado de trabalho, desempenhando papel fundamental na formação de profissionais multifuncionais. Nesse sentido, a formação pedagógica de seus professores torna-se um ponto crucial, já que o ensino técnico não pode se restringir ao domínio de conteúdos específicos, mas exige a articulação entre conhecimento científico, tecnológico e educacional.

Assim, compreende-se que a criação do ProfEPT representa uma resposta aos desafios históricos da área, suprimindo a carência de professores qualificados para atuar em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e dinâmico. Ao integrar ensino, pesquisa e prática pedagógica, o programa contribui para superar a dicotomia entre formação técnica e pedagógica, consolidando-se como um espaço formativo que articula educação, ciência, tecnologia e mundo do trabalho (Castaman; Pasqualli; Viella, 2019).

Por meio desses argumentos, depreende-se que o ProfEPT constitui um instrumento notável de formação *stricto sensu* voltado para a EPT no Brasil. Sua relevância reside tanto no aprimoramento docente em nível nacional quanto na produção de conhecimento aplicado, na promoção da pesquisa, na introdução e aplicação de soluções criativas e tecnológicas que visam otimizar produtos, serviços ou processos, potencializando a produtividade e o valor gerado, bem como na construção de políticas públicas que fortalecem a EPT como modalidade estratégica para o desenvolvimento social, educacional e econômico do país (Leite, 2018).

A autora relata que o ProfEPT contribui para formação de profissionais com perfis diferenciados dos modelos tradicionais, essa modalidade articula-se de forma direta aos objetivos da EPT, entre suas especificidades, destaca-se a exigência de um produto educacional, constituindo-se como parte fundamental do TCC dos mestrados. Logo, na próxima seção, discute-se sobre o conceito, função e desafios dos produtos educacionais nos MPs.

## PRODUTO EDUCACIONAL: CONCEITO, FUNÇÃO E DESAFIOS PARA A QUALIDADE STRICTO SENSU

A discussão sobre o que, afinal, constitui um produto educacional e como ele se insere no contexto dos MPs na área de Ensino é central para compreender sua importância e seus desafios. Os produtos educacionais são "[...] ferramentas didático-pedagógicas, elaborados preferencialmente em serviço para que possam estabelecer relações entre o ensino e pesquisa na formação docente" (Pasqualli Vieira; Castaman, 2018, p. 105).

Essa definição já aponta para a intrínseca ligação entre teoria e prática, uma das principais prerrogativas dos MPs. A expectativa é que esses produtos viabilizem a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, articulando conhecimentos organizados com a realidade profissional do docente.

De acordo com Leite (2018), o produto educacional, no contexto dos MPs, é um artefato pedagógico que visa a atender às demandas reais dos espaços educativos, sendo concebido como um instrumento de mediação didática e de intervenção na prática docente. Sua função vai além

de compor o TCC; ele deve promover impacto efetivo na formação dos sujeitos envolvidos, contribuindo para a melhoria da educação.

Outrossim, a regulamentação dos produtos educacionais surge como uma resposta às transformações sociotécnicas e econômicas, exigindo dos programas de pós-graduação a flexibilização de seus modelos formativos. Desde a Portaria nº 47 (Capes, 1995), passando pela Portaria nº 80 (Brasil, 1998) e pela criação da Área de Ensino em 2011, consolidou-se a exigência de que os MPs apresentem, além da dissertação, um produto educacional que dialogue diretamente com a prática pedagógica (Leite, 2018).

No âmbito do MPs, conforme estabelecido pela Capes (2025-2028), a pesquisa deve necessariamente resultar na elaboração e avaliação de um produto ou processo educacional. Esse resultado é articulado à dissertação ou tese, mas também deve ser apresentado de forma independente. O objetivo central é garantir que os trabalhos desenvolvidos contribuam efetivamente para a solução de problemas educacionais em contextos específicos, de modo que possam ser utilizados por professores e demais profissionais em espaços formais e não formais de ensino. Dessa forma, não são contempladas pesquisas de caráter exclusivamente teórico ou análises documentais que não gerem produtos ou processos aplicáveis.

O documento da área de Ensino (Capes, 2025-2028) apresenta uma tipologia de produtos e processos educacionais que pode assumir diferentes formatos, resguardando os respectivos níveis de abrangência. Entre eles, destaca-se o material didático/instrucional, que compreende propostas de ensino com sugestões de experimentos, atividades práticas, intervenções, roteiros de oficinas, manuais, guias, textos de apoio, artigos técnicos ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos, dicionários, além de mídias educacionais, como vídeos, animações, simulações, videoaulas, experimentos virtuais, áudios, objetos e ambientes de aprendizagem, páginas de internet, blogs e jogos educacionais, tanto de mesa quanto virtuais.

Outra tipologia relevante é o curso ou oficina de formação profissional, que inclui propostas detalhadas de cursos, oficinas ou atividades similares, diretamente vinculadas à pesquisa desenvolvida. Além disso, a categoria de tecnologia social abrange a criação de produtos, dispositivos e equipamentos, bem como o desenvolvimento de processos, procedimentos, técnicas, metodologias, serviços e inovações sociais organizacionais e de gestão (Capes, 2025-2028).

Também se incluem na tipologia os softwares e aplicativos, voltados ao ensino, como plataformas virtuais, programas de modelagem, aquisição e análise de dados. Os eventos

organizados representam outra modalidade, contemplando exposições científicas, olimpíadas, exposições, feiras, mostras e outras atividades de divulgação científica (Capes, 2025-2028).

A Capes (2025-2028) ainda destaca a produção de relatórios técnicos, vinculados à dissertação ou tese, e a elaboração de acervos, que podem incluir curadoria de mostras, exposições e coleções. Os produtos de comunicação também integram a lista, englobando campanhas publicitárias, programas de rádio ou televisão e outros produtos midiáticos. Além disso, são contemplados os manuais e protocolos, que consistem em guias de instruções, protocolos tecnológicos, manuais de gestão, normas ou procedimentos. Por fim, a tipologia abrange ainda a elaboração de cartas, mapas ou similares.

Entende-se que essa diversidade de formatos evidencia a preocupação da área de ensino em articular a produção científica à prática educacional, promovendo a transferência de conhecimento para diferentes contextos sociais e profissionais. Entretanto, persiste uma tensão entre o rigor acadêmico e a aplicabilidade prática desses materiais. Conforme Pasqualli, Vieira e Castaman (2018), um dos desafios centrais é garantir que o produto educacional não se restrinja a um mero apêndice da dissertação, mas se consolide como parte integrante do processo de pesquisa, resultante de uma investigação rigorosa, metodológica e teoricamente fundamentada. Os autores questionam se a produção do produto educacional não "[...] perde de vista a qualidade exigida em um curso *Stricto Sensu*" (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018, p. 106). Essa problematização é crucial, pois, se por um lado o produto educacional busca uma aplicação imediata e contextualizada, por outro, ele precisa ser embasado em uma pesquisa rigorosa, que vá além da mera confecção de um material.

A pesquisa, nesse sentido, deve ser o motor da produção do produto, e não apenas um acessório. Pasqualli, Vieira e Castaman (2018) reforçam essa ideia ao afirmar que é com os produtos educacionais que se vislumbra a pesquisa como integrante do percurso formativo dos professores, elaborado e materializado a partir e no contexto de atuação profissional.

Os produtos educacionais, desenvolvidos no âmbito dos MPs, não podem ser algo desconectado do trabalho pedagógico, nem uma atividade isolada ou apenas teórica. Pelo contrário, Leite (2018) enfatiza que a pesquisa faz parte do próprio processo de formação dos professores, de modo que o ato de pesquisar não está separado da prática, mas acontece no próprio contexto em que o professor trabalha, ou seja, o produto educacional é oriundo das vivências, dos desafios, das necessidades e das experiências concretas do espaço profissional do professor, seja em sala de aula, na escola, no *campus* ou em qualquer outro ambiente educacional.

Isso significa que ele é pensado, elaborado, testado e ajustado a partir da realidade, refletindo os problemas, as demandas e as possibilidades daquele local.

A partir da discussão dos autores, percebe-se que o produto educacional é resultado de uma pesquisa científica e instrumento de intervenção social, característica que exige que o pesquisador-mestrando estabeleça uma relação dialética, ou seja, ofereça a base conceitual para entender e planejar, bem como aplicar esse conhecimento, testar hipóteses e vivenciar a realidade concreta. Isto enriquece a pesquisa, permite a reflexão crítica, a geração de novos conhecimentos e a transformação da realidade, resultando em uma compreensão mais completa e significativa.

Logo, Rizzatti *et al.* (2020) descrevem que as dissertações e teses necessitam ter uma seção explicando os passos de elaboração do produto educacional. Os autores indicam que é importante escrever as etapas de delimitação do problema a ser tratado; apresentar as etapas, a idealização e a elaboração do produto educacional; contemplar a prototipagem, quando pertinente; abordar a aplicação, a avaliação e a validação; analisar o conteúdo à luz do referencial teórico e metodológico utilizado.

A produção e a avaliação do produto educacional requerem uma fundamentação teórica, as quais orientam o design e a eficácia do material. A metodologia de desenvolvimento envolve a identificação do público-alvo, a definição clara dos objetivos, a criação de um protótipo e sua posterior validação, que testa a qualidade e o impacto no processo educativo (Kaplún, 2023). Desta forma, a próxima seção discute sobre a fundamentação teórico-metodológica para produção e avaliação de produtos educacionais.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA PARA PRODUÇÃO E AVALIAÇÃO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS

O desenvolvimento de produtos educacionais exige uma abordagem estruturada que contemple aspectos comunicacionais, pedagógicos, estéticos e críticos, isto é, para que um produto educacional seja efetivo, relevante e de qualidade, não basta apenas se preocupar com o conteúdo teórico ou com a simples transmissão de informações. Sua elaboração precisa ser planejada de maneira cuidadosa, considerando diferentes dimensões que garantam sua eficácia, aplicabilidade e impacto na formação dos sujeitos (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018).

Kaplún (2023) sustenta que a elaboração de materiais educativos necessita considerar três eixos fundamentais: o eixo conceitual, que diz respeito aos conteúdos e temas abordados; o eixo pedagógico, que orienta a organização das atividades e dos percursos de aprendizagem; e o eixo

comunicacional, que cuida da forma, da estética, da linguagem e da interação proposta pelo material. Para tanto,

Deve apresentar, em sua descrição, as especificações técnicas, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa do PPG, apresentar potencial de replicabilidade por terceiros, além de ter sido desenvolvido e aplicado para fins de avaliação, prioritariamente, com o público-alvo a que se destina (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 4).

O produto educacional é concebido como um resultado de pesquisa e uma parte integrante da dissertação ou tese, devendo apresentar grau de complexidade, inovação e validação. A avaliação dessa produção intelectual deve estar estritamente alinhada com a área de ensino, suas áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), além de atender aos indicadores de qualidade estabelecidos pela Capes. A validação é, ainda, um processo coletivo que pode envolver a participação de professores e estudantes, sendo realizada por meio de eixos e descritores específicos.

Leite (2018) propõe uma avaliação coletiva de material educativo produzido em MP brasileiro na área de ensino, reconhecendo a necessidade de critérios específicos que contemplem as particularidades desses materiais. A autora defende que esses materiais devem ser concebidos de forma colaborativa, com participação ativa dos sujeitos que serão seus usuários. Os produtos educacionais necessitam ser "[...] produzidos e avaliados de modo coletivo, considerando as especificidades do público a que se destinam; orientem-se por metodologia que contemple aspectos comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos" (Leite, 2018, p. 1). Essa proposta de avaliação em múltiplos eixos é fundamental para garantir a solidez e a relevância dos produtos educacionais, evitando que se tornem meros artefatos que não priorizem o diálogo, a interação e a troca de conhecimentos entre os envolvidos no processo de aprendizagem ou de construção de ideias

Leite (2018) enfatiza o mérito da avaliação participativa dos materiais, por meio de critérios como atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação. Isso significa que o produto educacional não deve ser avaliado apenas por especialistas, mas também pelo público-alvo, em situações reais de uso. A complexidade da avaliação desses produtos também se faz presente. Se a dissertação clássica possui critérios de avaliação mais consolidados na academia, o produto educacional, por sua natureza inovadora e prática, exige uma nova ótica.

Isso significa que um produto educacional não deve ser avaliado apenas por sua conformidade com normas acadêmicas, mas também por sua usabilidade, capacidade de gerar reflexão e adequação às necessidades dos professores e estudantes a que se destina. Por exemplo,

a autora elenca uma série de questões para a avaliação, como: "As perguntas feitas são possíveis de serem respondidas?" "As perguntas suscitam reflexões?" "As atividades propostas contribuirão com a Educação Científica dos alunos?" (Leite, 2018, p. 15). Essas indagações transcendem a mera correção formal, buscando avaliar o potencial transformador do produto.

A autora faz uma crítica pertinente ao modelo hegemônico de produção de livros didáticos que, muitas vezes, reproduz lógicas mercadológicas e práticas pedagógicas descontextualizadas. Ela defende que a elaboração de produtos educacionais nos MP's devem romper com essa lógica, valorizando a autoria docente, o conhecimento situado e a construção coletiva.

A avaliação de um produto educacional e sua subsequente divulgação em bases de dados são aspectos cruciais e interligados na área de ensino, especialmente nos mestrados profissionais. A validação atesta a pertinência e a eficácia do material, sendo um processo central que garante a eficácia e a adaptação do produto. A banca de defesa, composta por especialistas, atua como um componente fundamental desse processo de certificação, ela é a instância que verifica se o produto educacional e a pesquisa que o sustenta cumprem esses critérios e padrões de qualidade (Capes, 2025-2028).

De acordo com a Capes (2025-2028), a divulgação de produtos educacionais em bases de dados é essencial para a democratização do conhecimento. Para isso, os produtos devem ser validados, registrados e ter seu acesso livre em repositórios online, tanto nacionais quanto internacionais. Essa prática é crucial para tornar os resultados da pesquisa acessíveis e utilizáveis de forma ampla pela sociedade, promovendo transparência, colaboração e compartilhamento. A divulgação em repositórios também permite que esses produtos atinjam diretamente o público-alvo, como professores da educação básica, tecnológica e superior, contribuindo para a formação crítica de professores e para a atuação como agentes de transformação na educação.

A disseminação em bases de dados aproxima a pós-graduação do contexto educacional e de outros setores da sociedade, tornando o conhecimento acessível e compreensível para um público mais amplo. Isso contribui para a popularização da ciência e permite que os produtos sejam utilizados em diversos contextos educacionais e sociais. A divulgação permite que a produção seja reconhecida e efetivamente utilizada, gerando experiências de mudança e enriquecimento intelectual, conceitual, perceptivo e afetivo de habilidades e atitudes proativas (Leite, 2018).

Em conformidade com a Capes (2025-2028), a divulgação de produtos educacionais também possibilita que materiais que abordam temas sensíveis, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Políticas de Ações Afirmativas e de Inclusão, cheguem a educadores e estudantes. Essa propagação contribui significativamente para a formação cidadã e para o enfrentamento de desafios sociais e culturais complexos, fortalecendo a conexão entre a pesquisa acadêmica e as necessidades da sociedade.

No entanto, os produtos educacionais enfrentam um grande desafio em sua elaboração, pois muitos perdem de vista o rigor acadêmico, as produções nem sempre são divulgadas, o que limita seu impacto efetivo na educação básica e, conseqüentemente, falham em responder às reais necessidades e demandas do ensino, distanciando-se da realidade social e não promovendo a inserção na sociedade (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018).

Assim para vencer esse desafio, com base nas normativas da Capes (2025-2028) é necessário compreender como os produtos educacionais se consolidam como instrumentos de transformação didática e de fortalecimento do trabalho pedagógico, é preciso analisar em que medida estes contribuem para a produção do conhecimento, aproximar a teoria da prática e responder às necessidades reais de estudantes e professores. Além disso, a reflexão crítica sobre sua aplicabilidade possibilita identificar potencialidades, limitações e estratégias de aprimoramento, assegurando que tais recursos se constituam como processos dinâmicos de mediação pedagógica, o que amplia a compreensão sobre o papel dos produtos educacionais no desenvolvimento de práticas formativas coerentes, contextualizadas e socialmente relevantes, reafirmando sua importância para o avanço da educação contemporânea, o que se estudará na seção a seguir.

## **APLICABILIDADE E OS IMPACTOS DOS PRODUTOS EDUCACIONAIS NA ÁREA DO ENSINO**

Ainda que os produtos educacionais representam um avanço significativo na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, algumas questões críticas precisam ser problematizadas. Uma delas refere-se ao risco de esses materiais serem produzidos de forma isolada, desconsiderando o contexto real dos sujeitos a quem se destinam. É necessário superar práticas em que o produto é concebido como um pacote fechado, entregue aos usuários sem sua participação no processo de elaboração. Isso compromete a função social do material, que deve ser construído a partir dos saberes, das experiências e das demandas concretas dos sujeitos (Leite, 2018).

Outro desafio diz respeito à validação e à divulgação dos produtos educacionais. A obrigatoriedade de seu registro em repositórios abertos, como a plataforma EduCAPES, é um avanço no sentido de democratizar o acesso ao conhecimento. No entanto, como apontam muitos produtos ainda são tratados como apêndices das dissertações, sem a devida valorização enquanto produções acadêmico-científicas, o que pode limitar seu alcance e impacto potencial (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018).

Uma medida que seria estratégica, é se fosse criado um campo específico para produtos educacionais no Currículo *Lattes*, como forma de ampliar a propagação dessas produções. Essa iniciativa não apenas valorizaria o esforço dos pesquisadores, mas também daria maior visibilidade a materiais que têm potencial para transformar a prática pedagógica.

Essa mudança facilitaria o acesso e a utilização desses recursos por professores, gestores e formuladores de políticas educacionais. Além disso, a inclusão dos produtos em uma plataforma de prestígio como o *Lattes* incentiva os pesquisadores a manterem o rigor acadêmico, sabendo que suas produções serão devidamente avaliadas e divulgadas.

É essencial refletir sobre o potencial transformador desses materiais. Nesse sentido, o produto educacional não pode se restringir à reprodução de conteúdo, devendo ser um instrumento de problematização da realidade, de construção da criticidade e de promoção da autonomia dos sujeitos. Portanto, o verdadeiro desafio não é apenas produzir um material tecnicamente bem elaborado, mas sim garantir que ele seja socialmente relevante, pedagogicamente consistente e epistemologicamente fundamentado (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018).

Leite (2018) relata que embora seja essencial garantir aspectos técnicos como diagramação, design, clareza na linguagem, usabilidade, organização funcional e adequação às ferramentas tecnológicas, esses elementos são necessários, porém insuficientes para assegurar a qualidade e a efetividade do material. Mais do que uma elaboração tecnicamente bem feita, o produto educacional deve dialogar diretamente com as demandas concretas da sociedade e do contexto educativo em que será aplicado, atendendo a necessidades reais, contribuindo para a resolução de problemas e promovendo transformação social. Quando esse vínculo com a realidade não é estabelecido, o risco é que o material se torne meramente formal, burocrático ou descontextualizado.

Os produtos educacionais devem ser considerados uma parte central e inovadora dos MPs na Área de Ensino. Eles precisam ser o resultado de uma pesquisa rigorosa, com alto potencial de impacto social e educacional, e atender a critérios de qualidade e validação

específicos. A relevância desses produtos deve ser demonstrada nas esferas regional e nacional, por meio de propostas que tenham um significativo impacto educacional, econômico, cultural e socioambiental (Capes, 2025-2028).

Consoante as diretrizes da Capes (2025-2028), o desenvolvimento desses produtos e processos educacionais tem que ter como foco aprimorar a atuação do professor e assegurar que as pesquisas promovam maior impacto e visibilidade, com fins a acelerar o progresso científico. A produção desses materiais deve, ainda, atuar no diálogo com a prática profissional e seus diversos atores para a construção do conhecimento, alinhando-se com as pesquisas desenvolvidas nos programas profissionais. Para que alcancem seus objetivos, os produtos educacionais devem prezar pela implementação de novas ideias, métodos, tecnologias e práticas para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, resultando em uma educação mais dinâmica, personalizada e eficaz.

Portanto, de acordo com as bibliografias abordadas, infere-se que é fundamental que o produto educacional apresente uma base metodológica sólida, alinhada a objetivos educacionais bem definidos, favorecendo aprendizagens significativas e coerentes com os princípios da prática pedagógica. Nesse sentido, não se trata apenas de transmitir informações, mas de planejar ações que efetivamente contribuam para o processo de ensino e aprendizagem de maneira estruturada e eficiente. Para tanto, é imprescindível que o material seja construído a partir de referenciais teóricos consistentes, sustentado por pesquisas, autores e metodologias reconhecidas no campo educacional. Essa abordagem assegura que o produto não seja uma produção superficial ou baseada em opiniões individuais, mas sim uma construção ancorada no rigor científico, capaz de articular conhecimento com a realidade contemporânea.

Apesar dos desafios inerentes à sua conceituação e avaliação, os produtos educacionais nos MPs representam um avanço significativo na formação docente. Ele promove a aproximação entre a universidade e a escola, permitindo que a pesquisa acadêmica dialogue diretamente com os problemas e as demandas da educação básica e profissional. Ao incentivar a produção de materiais que podem ser imediatamente aplicados em sala de aula, os MPs na área de Ensino capacitam os professores a se tornarem agentes de mudança em seus contextos de trabalho. Essa perspectiva, contudo, exige que os programas de pós-graduação *stricto sensu* garantam não apenas o suporte técnico para a produção desses materiais, mas, sobretudo, uma sólida formação teórica e metodológica que embase a pesquisa subjacente a cada produto educacional (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou refletir sobre os produtos educacionais no contexto dos MPs, especialmente da área de ensino. As análises realizadas evidenciaram que os produtos educacionais se configuram como elementos centrais na integração entre ensino, pesquisa e extensão, desempenhando um papel estratégico na promoção de práticas pedagógicas mais críticas, contextualizadas e transformadoras. Além disso, eles se revelam instrumentos formativos capazes de fortalecer a atuação docente, fomentar a produção de conhecimentos aplicados e socialmente relevantes e contribuir para a melhoria da educação pública, democrática e emancipadora.

Constatou-se que, muito além de atender a uma exigência formal de titulação, o produto educacional deve ser concebido como uma ferramenta efetiva de intervenção na realidade educacional, demandando planejamento cuidadoso, sólida fundamentação teórica e, acima de tudo, um compromisso ético com a promoção de uma educação pública e democrática. A avaliação desses produtos deve ser coletiva, participativa e dialógica, contemplando aspectos pedagógicos, comunicacionais, estéticos, teóricos e críticos. Essa perspectiva assegura que o material produzido não se limite a uma formalidade acadêmica, mas possua aplicabilidade concreta e relevância social.

Além disso, os desafios apontados na literatura - como a integração insuficiente entre dissertação e produto, a ausência de repositórios organizados e a dificuldade de alguns programas em reconhecer o produto como produção científica - evidenciam a necessidade de repensar a concepção desses materiais. Nesse contexto, os produtos educacionais, quando planejados e elaborados de forma adequada, têm o potencial de gerar mudanças significativas nos professores, fortalecendo seu protagonismo enquanto pesquisadores da própria prática pedagógica.

Percebe-se, assim, que o produto educacional não diminui a qualidade da pesquisa em cursos *stricto sensu*; ao contrário, ele potencializa a formação profissional, pois exige do mestrando um processo contínuo de reflexão que articula teoria e prática, conhecimento acadêmico e saberes da realidade. Trata-se de uma proposta inovadora, que rompe com modelos tradicionais de pesquisa ao incentivar a produção de conhecimentos aplicados, socialmente relevantes e comprometidos com a transformação social.

Diante dessa análise, entende-se que é imprescindível ampliar os estudos sobre os impactos dos produtos educacionais no trabalho pedagógico e na formação docente, sobretudo

no que se refere à sua aplicabilidade a longo prazo e aos efeitos concretos na aprendizagem dos estudantes. Isso se justifica pela necessidade de avaliar não apenas a elaboração do produto em si, mas seu real potencial de transformação nas práticas educativas, sua permanência, aderência e efetividade no contexto em que é implementado. Muitas vezes, os produtos são concebidos, aplicados pontualmente e arquivados, sem acompanhamento de seus desdobramentos na prática, o que compromete sua função social e educativa.

Além disso, torna-se evidente a necessidade de fortalecer os processos de avaliação participativa, pois a escuta ativa dos sujeitos envolvidos - professores, estudantes e comunidade escolar - permite aprimorar os produtos, tornando-os mais aderentes às reais demandas dos contextos educacionais. Isso não apenas qualifica a produção acadêmica, como também assegura que os produtos sejam construídos a partir de um diálogo efetivo com os saberes da prática, superando modelos verticais e pouco sensíveis às realidades locais.

Da mesma forma, o desenvolvimento de metodologias colaborativas é indispensável, pois garante que o processo de elaboração do produto educacional não seja uma atividade isolada do pesquisador, mas sim um trabalho coletivo e comprometido com a construção compartilhada do conhecimento. Essa abordagem, além de fortalecer o caráter emancipador do ensino, contribui para práticas pedagógicas mais democráticas, críticas e contextualizadas.

Outrossim, a criação e consolidação de repositórios públicos, abertos e acessíveis é essencial para garantir a ampla disseminação dos produtos educacionais, evitando que eles fiquem restritos às instituições onde foram desenvolvidos. Tal iniciativa amplia o acesso de outros pesquisadores, permitindo a circulação, a reprodução, a adaptação e a ressignificação dos materiais em diferentes realidades, potencializando, assim, seu impacto social e sua função transformadora no campo do Ensino.

Portanto, o produto educacional deve ser visto não apenas como um resultado, mas como um processo formativo complexo, que traduz a essência dos MPs, que objetivam formar sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade, produzir conhecimentos socialmente relevantes e atuar na construção de uma educação pública, democrática, emancipadora e transformadora. Sua consolidação como instrumento de pesquisa aplicada dependerá, sobretudo, da capacidade de aliar a criatividade pedagógica ao rigor científico, à intencionalidade social e à transformação efetiva das práticas educacionais.

Espera-se que este estudo, apesar de suas limitações, inspire novas pesquisas e contribua para uma reflexão mais aprofundada sobre a concepção, elaboração, avaliação, desafios e potencialidades dos produtos educacionais nos MPs da Área de Ensino. Trata-se de um esforço

no sentido de contribuir para enfrentar os desafios estruturais e metodológicos da educação considerando seus diferentes níveis, etapas, modalidades e formas.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), expresso minha profunda gratidão pelo apoio financeiro concedido por meio do fomento financeiro. O incentivo foi essencial para a viabilização deste artigo e para minha dedicação ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Este investimento não apenas permitiu o desenvolvimento deste trabalho, mas reafirma o compromisso da instituição com o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica e com a produção científica de excelência no Distrito Federal.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 823-841, 2017. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2017000300823](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2017000300823). Acesso em 03 set. 2025.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de Área: Ensino (2025-2028)*. Brasília, 2025.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Mestrado Profissional: o que é?*. [2019]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995*. Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional, nos termos do referido documento, e do Parecer que o fundamentou, destacando-se que, para assegurar níveis de qualidade comparáveis aos vigentes no sistema de pós-graduação e consistentes com a especificidade dos cursos. Brasília, DF, 1995.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998*. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Brasília, DF, 1998.

CASTAMAN, Ana Sara; PASQUALLI, Roberta; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. Formação do mestre em educação profissional e tecnológica - PROFEPT: reflexões sobre a didática. *Revista Cocar*, Belém, v. 13, n. 26, p. 125-141, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2503>. Acesso em: 4 set. 2025.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2017.

KAPLÚN, G. Materiais educativos: experiências de aprendizado. *Revista Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 27, p. 46-60, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 18 jul. 2025.

LEITE, P. S. C. *Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos*. CIAIQ2018, v. 1, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

NETO, A. S. A história recente dos mestrados profissionais no Brasil: análise da pesquisa e do perfil dos orientados e orientadores na Área 46 da CAPES. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Natal, v. 02, n. 24, p. 1-28, dez. 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15572>. Acesso em 06 set. 2025

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, v. 4, n. 07, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31417/educitec.v4i07.302>. Acesso em: 30 jul. 2025.

RODRIGUES, M. U. (org.). *Análise de conteúdo em pesquisas qualitativas na área da educação matemática*. Curitiba: Editora CRV, 2019.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V.; CAVALCANTI, R. J.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *ACTIO*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Acesso em: 22 jul. 2025.